



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

SENSAÇÃO DE ÓRGÃO E PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE: A IMPORTÂNCIA DE PENSAR QUESTÕES RACIAIS NA CLÍNICA.

Ivina Paiva de Paula

RESUMO

Este artigo visa discutir como a sensação de órgão de terapeutas pode ser afetada por questões sociais, especialmente o racismo, que atravessam o processo de subjetivação de todos nós. A partir do conceito de “pacto narcísico da branquitude” discuto como o racismo estrutural que constitui a sociedade brasileira afeta também a forma de olhar e sentir o outro. É importante que nós, terapeutas corporais, estejamos conscientes das questões raciais que nos atravessam para que de fato possamos estabelecer pontes radiantes com as pessoas que atendemos, sem estigmatizá-las ou minimizar sofrimentos e vivências que não atravessam nosso corpo, no caso de terapeutas brancas e brancos.

Palavras-chave: Sensação de Órgão. Branquitude. Racismo. Pacto narcísico.

Esse trabalho surgiu a partir de alguns questionamentos. Ao estudar o conceito de sensação de órgão e suas implicações no processo terapêutico, me vieram as perguntas: quais atravessamentos sociais estão relacionados à capacidade de conexão do meu corpo, enquanto terapeuta, ao corpo de pacientes na clínica? O meu lugar social, enquanto mulher cisgênero branca de classe média, participa de que forma dos processos corporais que me atravessam no contato com as pessoas que atendo? A quais corpos eu me abro mais e, portanto, sou mais empática? O que ser branca produz, em termos de memórias inconscientes no meu corpo, e me faz ver ou não ver determinados processos?

Nas abordagens psicoterapêuticas corporais o corpo aparece como elemento central: é palco de intervenções e também fonte de informações sobre a constituição da pessoa e seus processos subjetivos. Ou seja, para a psicologia corporal o corpo comunica a história da pessoa, e a intervenção terapêutica alia a fala a intervenções diretamente no corpo, que visam liberar a energia estagnada nas couraças e, dessa forma, restabelecer o fluxo energético vital da pessoa, buscando a autorregulação (VOLPI, 2020). Nesse processo, não só o corpo da¹ paciente está no centro do trabalho, mas também o corpo da terapeuta: REICH (1995) enfatiza

¹ Neste artigo, opto por usar o feminino ao me referir a “terapeuta” e “paciente”. Essa escolha se dá pelo fato de eu ser mulher e também como um posicionamento político de denúncia da linguagem sexista que invisibiliza mulheres e pessoas não binárias ao estabelecer o masculino como generalização do humano.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

a importância de que a terapeuta sinta a expressão facial da paciente para que possa compreendê-la. Para o autor, essa capacidade de conexão se dá a partir dos movimentos expressivos da paciente, que geram uma imitação no nosso próprio organismo. “Imitando esses movimentos, “sentimos” e compreendemos a expressão em nós mesmos e, conseqüentemente, no paciente.” (REICH, 1995, p.335).

Esse processo de sintonia corporal da terapeuta com os processos da paciente é chamado de sensação de órgão, e BERNSTORFF e ALENCAR (2015), aprofundando o que Reich preconizou, definem que esta “é a capacidade que o psicólogo desenvolve de sentir, sintonizar-se com o paciente, ficando apto a compreender o que ele precisa e seu objetivo com o que traz verbalmente ou não para as sessões.” (p. 26). Sensação de órgão, portanto, tem a ver com a capacidade empática da terapeuta e CAMARGO e MIRANDA (2019) definem que, a partir dessa compreensão, “a empatia sai da esfera mental ou da “alma” e passa a se localizar no corpo, pra além da ação consciente ou moral.”(p.1). A sensação de órgão é um dos caminhos que possibilitam o estabelecimento de uma ponte radiante no processo terapêutico, ou seja, de uma conexão energética com potencial transformador entre terapeuta e paciente.

Considero importante acrescentar que a constituição dos processos corporais e subjetivos acontece dentro de um ambiente histórico-social e, portanto, é atravessada por fatores coletivos (sociais). Dessa forma, a meu ver, a sensação de órgão da terapeuta não é neutra e apenas inconsciente: ela é também constituída pelas questões sociais. Portanto, considero que a ponte radiante só pode ser estabelecida com força suficiente para promover transformações se os processos coletivos envolvidos no tempo-espaço de terapeuta e paciente forem considerados juntamente com os processos corporais individuais de cada uma. Esses aspectos coletivos podem ser relacionados a inúmeros fatores, como classe social, gênero, orientação sexual, raça ou etnia, dentre outros. Neste trabalho o meu foco é pensar os atravessamentos raciais no processo terapêutico e, como sou uma psicóloga branca, discuto as questões raciais a partir da perspectiva da branquitude e seus mecanismos.

Acredito que nós, psicoterapeutas corporais, precisamos, para além de conhecer teorias e técnicas relacionadas à abordagem em questão, pensar também nessas questões coletivas que contribuem para a nossa subjetivação e para a constituição corporal das pessoas. A nossa sensação de órgão tem atravessamentos sociais que, se não forem conscientes, nos colocam em risco de termos uma prática racista com pacientes negros ou de reforçar a hegemonia branca, dentro do que a psicóloga Maria Aparecida Bento nomeia como pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022).. A meu ver, essas reflexões se inserem numa perspectiva



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

radicalmente reichiana, visto que Reich, ao longo de toda a sua obra, buscou relacionar questões sociais coletivas com processos psicocorporais individuais: a constituição social da neurose (REICH, 1995).

Para compreender o conceito de branquitude no Brasil e estabelecer relações com a prática psicoterapêutica corporal, é importante antes considerar brevemente a formação social brasileira, e a inserção e presença do conceito de raça e do racismo até os dias atuais.

O Brasil foi constituído a partir da invasão de portugueses ao território que antes era habitado por inúmeros povos indígenas, dando início ao processo colonial. O extermínio de milhões de indígenas (por doenças trazidas pelos europeus, por conflitos para dominação de territórios e por inúmeras outras violências), a escravização de uma parcela considerável dos sobreviventes e o estupro das mulheres: tudo isso inaugurou o que hoje chamamos de pátria (RIBEIRO, 2015). Além disso, para atender às necessidades crescentes da metrópole de roubo dos recursos naturais do território invadido, milhares de africanos foram arrancados de diversas regiões do continente e trazidos à força, em condições degradantes, para serem comercializados como escravos no Brasil.

O regime da escravidão durou quase quatro séculos no Brasil, e se sustentou a partir da violência, do apagamento dos vínculos familiares e comunitários, da exploração exaustiva da força de trabalho, da invasão dos corpos e da negação da humanidade de homens, mulheres e crianças. Depois de muita luta e resistência, principalmente de pessoas negras libertas e quilombolas, em 1888 o país deixou de ter a escravidão como regime de trabalho legalizado, mas nenhum tipo de política pública foi pensada para a compensação da população negra pelos séculos de tratamento desumano. Pelo contrário, o Estado brasileiro adotou inúmeras medidas legais que visavam o extermínio dessa população e o branqueamento gradual do país (SCHWARCZ, 2012).

Maria Cristina Francisco, em seu livro “Olhos negros atravessaram o mar” (FRANCISCO, 2020), realiza um estudo aprofundado sobre algumas das inúmeras marcas do processo colonial escravagista na coletividade e nos corpos e psiquismos de descendentes de indígenas e negros. Como afirma a autora:

Não houve políticas públicas de educação, saúde ou habitação para inclusão dessa população na sociedade. Com o povo nas ruas e sem nenhuma reparação, inclusive psíquica, a reprodução da condição imposta de exclusão por centenas de anos continua a existir, e nas elites revela-se o medo de conflitos e mudanças em sua posição social de privilégio. (FRANCISCO, 2020, p. 64)



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

Para que processos tão absurdos como as invasões coloniais e a escravidão fossem “justificáveis”, todo um processo ideológico (que uniu explicações religiosas, biológicas, filosóficas etc) foi criado, e o conceito de raça² como configuradora de distinção entre seres humanos foi forjado. A ideia de raça foi fundamental para a construção da noção de hierarquia entre seres humanos, o que possibilitou afirmações de que existiam os humanos superiores (europeus, brancos, definidos por si mesmos como civilizados e cultural, cognitivo e esteticamente melhores) e os “selvagens” naturalmente inferiores (povos originários das Américas, da África e da Ásia). Essa ideologia da superioridade racial justificou todas as violências citadas anteriormente e até hoje está na base das desigualdades raciais observadas na sociedade brasileira (SCHUCMAN, 2020; BENTO, 2022; FRANCISCO, 2020). Ainda sobre a questão racial, enfatizo que, apesar do racismo estar presente em diversas partes do mundo, em cada contexto ele se apresenta de uma maneira. No contexto brasileiro, a identificação de uma pessoa como racializada está relacionada a características fenotípicas, sendo a cor da pele a principal delas, mas também o cabelo e o formato do nariz e da boca, principalmente (SCHUCMAN, 2020).

É nesse contexto que a branquitude se forja, como ideal e sinônimo de superioridade. Sendo a referência, a branquitude aparece como norma e se exclui do debate racial, como se racializados fossem os outros, todos os não-brancos (BENTO, 2014). O termo branquitude pode ser entendido tanto como a identidade racial da pessoa branca quanto como um sistema coletivo de manutenção de privilégios para um grupo em detrimento de todos os outros (SCHUCMAN, 2020). Os privilégios associados à branquitude podem ser materiais (maior facilidade de acesso à moradia educação, saúde, espaços de lazer etc) e/ou simbólicos (concepção estética, cultural e subjetiva supervalorizada e idealizada) e, mesmo pessoas brancas que não se sentem superiores às pessoas não brancas, usufruem desses privilégios em algum grau (SCHUCMAN, 2020; BENTO, 2014).

Sobre essa questão, SCHUCMAN (2020), citando Lourenço Cardoso, explica que o autor, em sua pesquisa de mestrado, diferencia sujeitos da “branquitude crítica” (aquelas pessoas que reconhecem e desaprovam o racismo) e da “branquitude acrítica” (pessoas brancas que propagam as ideias de supremacia racial branca). Como ela comenta:

Essa distinção feita por Cardoso é necessária para compreender que há uma parcela de brancos que obtém privilégios de sua identidade racial não por

² Destaco que raça como conceito biológico não existe entre seres humanos, porém como categoria sociológica o termo se apresenta até hoje, e é nessa perspectiva que esse trabalho se ancora (SCHUCMAN, 2020).



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

exercer conscientemente o racismo, nem tampouco por concordar com ele, mas sim por estar inserida em uma sociedade de estrutura racista, enquanto o outro grupo propaga direta e indiretamente a superioridade e pureza racial brancas. (SCHUCMAN, 2020, p. 69)

Os privilégios associados à branquitude são facilmente observáveis na sociedade brasileira, basta conhecer dados estatísticos sobre raça das pessoas que vivem em bairros nobres nas principais capitais brasileiras, ou sobre acesso à educação superior e serviços de saúde, além de outros fatores que compõem os índices de desenvolvimento humano (CARNEIRO, 2011). Além disso, a representação midiática de pessoas brancas é preponderante nos meios de comunicação, o que garante possibilidades de identificação positiva para o grupo branco, em detrimento dos grupos não brancos, que além de serem sub-representados, muitas vezes o são de forma estereotipada e associada a valores negativos, como marginalidade ou subemprego (SCHUCMAN, 2020).

A prevalência desses privilégios não tem só a ver com fatores do passado (a usurpação do produto da força de trabalho de negros e indígenas, através do regime de trabalho escravo, por parte de pessoas brancas), mas se atualiza constantemente no presente, como demonstra a psicóloga Dra. Maria Aparecida Bento. A autora é uma das pioneiras nos estudos sobre branquitude no Brasil e escreve sobre os pactos narcísicos, espécie de “acordo tácito” inconsciente entre pessoas brancas e que envolve o silenciamento sobre o tema do racismo no Brasil e a tendência de brancos de “encarar as desigualdades raciais como um problema do negro” (BENTO, 2014, p.46). O pacto narcísico da branquitude visa a manutenção dos privilégios que nós, brancas e brancos, temos socialmente e pode ser demonstrado através da estrutura de poder das grandes organizações, que, através do discurso falacioso da meritocracia, são majoritariamente comandadas por pessoas brancas, principalmente homens (BENTO, 2022). Como explica a autora:

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (BENTO, 2022, p. 18)

Portanto, quando pensamos em branquitude e no pacto narcísico não se trata apenas de questões individuais, mas também de um sistema coletivo do qual toda pessoa branca é signatária, querendo ou não. Porém, individualmente existem reflexos dessa questão coletiva: no fato de, por exemplo, poder escolher não pensar sobre questões raciais, enquanto pessoas



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

não brancas são a todo tempo lembradas de sua não adequação à norma (branca), seja sofrendo com a violência policial ou sendo preteridas em vagas de trabalho por não apresentarem o padrão estético/cultural branco (BENTO, 2022; FRANCISCO, 2020). Portanto, num país com o histórico e a realidade social do Brasil, não olhar para as nossas questões raciais é contribuir com o racismo: seja negando a dor das pessoas pretas ou reforçando o pacto da branquitude e a invisibilidade da raça branca enquanto parte essencial na construção e manutenção dessa realidade desigual.

E como essas questões se relacionam com o trabalho de psicoterapeutas corporais? Ou reformulando melhor o questionamento, talvez o que eu poderia me perguntar é se existe algum aspecto dessas questões que não se relacionam com o trabalho de psicoterapeutas corporais. Pensando no contexto coletivo, acredito que as terapias corporais precisam se racializar, ou seja, trazer para o arcabouço de sua práxis as questões raciais que constituem, física e subjetivamente, todas as pessoas. Além disso, é importante construir uma psicologia corporal brasileira, pensada a partir das nuances culturais e históricas específicas da nossa população.

Acredito que uma terapeuta corporal que tem consciência dos próprios processos raciais e compreende o contexto social brasileiro tem mais possibilidades de se conectar e construir pontes radiantes com as pessoas que atende. RESNECK-SANNES (2022) comenta que o principal fator de cura percebido por clientes³, em relação ao processo terapêutico, é a relação terapeuta-cliente. Portanto, a meu ver, se o que cura é a capacidade de empatia e sintonia com as pessoas que atendemos, é preciso, juntamente com todas as questões teóricas e técnicas, que estejamos conscientes dos processos sociais que afetam profundamente o corpo de pessoa com quem nos deparamos. Acredito ainda que a questão racial, devido à amplitude de seus efeitos, seja uma das principais questões sociais, juntamente com aquelas referentes a gênero, a ser considerada.

Uma parte muito importante do trabalho de terapeutas brancas é buscar estudar o que já foi produzido sobre o tema, e nesse sentido sugiro alguns nomes, como Maria Cristina Francisco (que atua e escreve a partir da bioenergética e biossíntese), Maria Aparecida Bento (psicologia social), Lucas Veiga (que oferece cursos sobre Psicologia Preta e escreve a partir da esquizoanálise), Neusa Santos Souza, Virginia Bicudo e Grada Kilomba (psicanálise) e

³ Neste artigo eu prefiro utilizar o termo “paciente” para me referir às pessoas atendidas no processo psicoterapêutico. Apenas nesse trecho utilizo a palavra “cliente”, em respeito à terminologia utilizada pela autora no texto citado.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

Frantz Fanon (que foi psiquiatra, mas suas obras oferecem inúmeras contribuições para a psicologia), além de inúmeros artigos produzidos por profissionais de diversos coletivos, como o Instituto Amma Psique e Negritude, de São Paulo.

Todo o trabalho de acolhimento, manejo terapêutico e ampliação da compreensão da sensação de órgão da terapeuta só se faz possível a partir do desenvolvimento da própria consciência racial. É pelo nosso corpo que devemos começar a compreender os atravessamentos do racismo em nossa sociedade. Esse processo envolve que nós, terapeutas, em primeiro lugar nos racializemos, ou seja, que possamos compreender que fazemos parte de um grupo racial. O passo seguinte requer que sejamos ativas na busca por leituras e cursos que possam nos oferecer conhecimento aprofundado sobre a temática. Além disso, é importante que, em nosso próprio processo terapêutico individual, os sentimentos (culpa, vergonha, raiva) e preconceitos tenham espaço para serem reconhecidos e trabalhados, tanto no plano cognitivo quanto no corporal. Precisamos olhar para como os mecanismos da branquitude operam na nossa forma de pensar e de agir no mundo e também nas nossas relações (pessoais e profissionais). A consciência racial, aliada com uma postura de acolhimento e abertura para o processo de cada nova pessoa com quem nos deparamos na clínica, são grandes aliadas na construção de pontes radiantes. Cada pessoa é única e se constitui psicocorporalmente de formas próprias, mas alguns processos são coletivos e precisam ter espaço para serem compartilhados no vínculo terapêutico.

Como já explicitado, o conceito de branquitude foi constituído no bojo do processo colonial para justificar as atrocidades dos processos de escravidão, que possibilitaram a acumulação de riqueza e a melhora de vida da população branca como um todo. A ideia de um outro que me ameaça e não é humano se mantém hoje com o genocídio da população negra e indígena no Brasil (BENTO, 2022). Essas ideias compõem na nossa construção subjetiva sobre a paciente, que, no caso de uma pessoa negra, muitas vezes pode ser estigmatizada, hipersexualizada, ter a própria dor silenciada/minimizada e, dessa forma, não encontrar ressonância no corpo da terapeuta que deveria acolhê-la. Ao mesmo tempo, acredito que, no caso de uma paciente branca, uma terapeuta também branca, se não estiver consciente dos processos raciais e do pacto narcísico da branquitude, tende a se identificar e proteger concepções que seguem mantendo pessoas brancas no poder e marginalizando todas as diferenças.

Em relação ao atendimento de pessoas brancas por terapeutas também brancas, é esperado que o pacto narcísico compareça, e me questiono sobre como isso se dá e o que é



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

possível fazer para ter consciência e romper com o silêncio, visando construir relações mais genuínas no setting terapêutico. Nesse contexto, algumas temáticas podem aparecer nos conteúdos verbais, na história individual e familiar e nas relações atuais da paciente: silenciamento de processos relacionados à ancestrais escravizadores (e às heranças, materiais e simbólicas, usufruídas pela pessoa no presente), lógicas meritocráticas, que estão na base dos argumentos de manutenção de pessoas brancas no poder e pessoas negras em posições subalternizadas (BENTO, 2022), relações de exploração do trabalho de pessoas negras na vida profissional e pessoal (por exemplo, a relação com empregadas domésticas), pânico de quem é diferente etc. Não é papel da terapeuta dar aulas sobre o tema ou moralizar a pessoa atendida, mas seria possível produzir estranhamento quando esses temas aparecem, trazer questionamentos à tona, convidar a pessoa a perceber onde, no corpo, essas questões (algumas vezes transgeracionais) se localizam e como afetam a presença dessa pessoa no mundo e suas relações com outras pessoas (brancas e não brancas)?

Os temas relacionados à constituição da branquitude elencados anteriormente dizem respeito a um posicionamento social rígido, mantenedor do *status quo*. Embora os efeitos de uma sociedade estruturalmente racista sejam muito mais violentos para as pessoas não brancas, vítimas diretas dos mecanismos de exclusão e violência, acredito que os corpos de pessoas brancas também são afetados, no sentido de um enrijecimento e evitação de contato. Esse enrijecimento e fechamento da branquitude em si mesma impede o estabelecimento de vínculos genuínos e o contato transformador com a diferença. Dessa forma, acredito que trabalhar as temáticas relacionadas à branquitude no setting terapêutico contribui para a flexibilização das couraças - físicas e de caráter - e, conseqüentemente, amplia a capacidade de que as pessoas atendidas construam pontes radiantes com outras pessoas e culturas, estéticas e formas de viver no mundo, e talvez essa possibilidade contribua para transformações coletivas. Aqui acho importante ressaltar que não acredito que a psicoterapia individual seja o caminho para transformações coletivas profundas, que requerem investimentos em políticas públicas e processos educativos em massa. Como afirma SCHUCMAN (2020):

(...) além da psicologia e da constituição dos sujeitos enquanto atores sociais, é preciso alterar as relações socioeconômicas, os padrões culturais e as formas de produzir e reproduzir a história brasileira. Assim, as políticas públicas voltadas para a igualdade racial, como as cotas, o reconhecimento da história e do espaço do negro e a ação do movimento negro, são essenciais para que os brancos consigam se deslocar da posição de norma e hegemonia cultural. (SCHUCMAN, 2020, p. 196)



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

Porém, neste trabalho defendo que o espaço psicoterapêutico individual pode - e deve - dialogar com esses processos coletivos, não se alienando de um contexto social amplo nem individualizando processos subjetivos que não dizem respeito apenas à pessoa atendida.

Um ponto importante a ser levado em consideração no atendimento psicoterápico de pessoas brancas é o posicionamento de terapeutas em relação ao crescimento das ideias supremacistas brancas. É possível pensar que o trabalho psicoterápico pode produzir fissuras nesse tipo de pensamento, através de questionamentos e também da escuta do que se encontra na base da escolha de uma pessoa por esse tipo de ideologia?⁴ Novamente, não acredito na psicoterapia como única via de transformação para uma questão tão complexa, mas acredito que uma terapeuta que silencia ou naturaliza esse tipo de pensamento, quando surge no contexto clínico, está atuando para fortalecer a supremacia branca em nosso país, e isso, inclusive, fere o Código de Ética da Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005), que preconiza em seu artigo II:

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.7)

CARNEIRO (2011), ao discutir sobre o papel da psicologia no processo das relações raciais brasileiras, comenta sobre o quanto é necessário compreender e atuar em relação aos danos psíquicos que o racismo produz em pessoas negras. Além disso, a autora enfatiza que:

Por outro lado, a introdução da variável etnoracial nos estudos e no trabalho cotidiano dos profissionais da psicologia deve aprofundar também a investigação dos efeitos perversos sobre a subjetividade dos brancos, das representações imaginárias e simbólicas do corpo branco como instrumento de poder e de privilégios à custa da opressão material e simbólica dos outros. Em termos de saúde mental, o que significam um ego e uma subjetividade inflados pelo sentimento de superioridade racial?(CARNEIRO, 2011, p. 80)

Com a crescente pauta das questões raciais comparecendo nos diversos espaços acadêmicos, midiáticos e culturais brasileiros (fruto da luta incessante de ativistas e intelectuais negros, que constituem espaços de resistência desde muito antes do fim da escravidão formal no Brasil), muitas pessoas brancas estão entrando em processo de reconhecimento e

⁴ Antes que se questione a suposta neutralidade da psicologia, ressalto que o Código de Ética profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2005) reitera, em seu primeiro artigo, que o trabalho de psicólogas deve ser pautado pelos princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

desenvolvimento da própria identidade racial. Esse processo, como afirma BENTO (2014), envolve alguns estágios, sendo que no processo inicial é comum que a pessoa se sinta culpada e envergonhada por reconhecer em si, em sua família e no próprio grupo social atitudes racistas. NASCIMENTO (2020) discorre sobre esse processo e comenta que é comum que pessoas brancas culpadas pela própria branquitude busquem pessoas negras para desabafar ou comentar sobre o tema, o que gera ainda mais sobrecarga nas pessoas que são vítimas diretas do racismo. A autora sugere então que pessoas brancas que se sentem culpadas busquem apoio psicoterápico para lidar com essa culpa e os demais sentimentos envolvidos. Essa questão é mais um elemento que reforça a importância de que nós, terapeutas brancas, busquemos compreender as questões raciais da nossa sociedade, para que possamos acolher e contribuir para o processo de desenvolvimento da identidade racial de outras pessoas brancas, sem negar ou minimizar o processo de tomada de consciência racial das pessoas que atendemos.

Quanto à escuta e acolhimento de pessoas negras, considero que uma primeira questão importante no processo terapêutico é que a terapeuta branca observe suas próprias sensações e busque diferenciar aquelas que são relacionadas à sensação de órgão (ligada aos conteúdos da paciente) daquelas que fazem parte do processo da tensão racial e dos próprios conteúdos raciais da terapeuta. Além disso, é fundamental saber escutar e não minimizar ou negar os efeitos do racismo na constituição física e emocional das pessoas negras. Pode ser que o processo de vinculação da paciente com uma terapeuta branca leve mais tempo para acontecer, visto que socialmente as relações entre pessoas brancas e negras é atravessada pelas questões raciais já apresentadas. Terapeutas precisam estar atentas para compreender esse processo e cuidar para que o vínculo possa ser estabelecido sem repetir as violências raciais que pessoas brancas tendem a cometer com pessoas negras, mesmo que não intencionalmente.

Há muito ainda para estudar e compreender na prática da Psicologia Corporal com pessoas brancas e não brancas, mas espero que este trabalho contribua para as reflexões e debates que já existem há tempos. As perguntas que me fiz no início desse texto seguem ecoando no meu corpo, e a elas muitas novas se somam a cada novo contato que estabeleço no ambiente terapêutico. O processo de me racializar tem ajudado a responder algumas dessas perguntas e sigo em busca de apoios teórico-práticos que me auxiliem a criar novos questionamentos. Um desejo me move: espero, como mulher branca, aprender cada vez mais



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

a romper o pacto de silêncio da branquitude, em busca da construção de uma prática que seja de fato antirracista.

REFERÊNCIAS

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (Org.) **Psicologia social do racismo - Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENTO. C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERNSTORFF, V.F. e ALENCAR, C. Fatores que influenciam o processo terapêutico na abordagem da psicologia corporal. **Cadernos da Escola de Saúde**, Curitiba, V.1 N.15: 18-31. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernossaude/article/view/2451#:~:text=Tem%20por%20objetivo%20apresentar%20fatores,atendimentos%20acontecem%20e%20sua%20influ%C3%Aancia> . Acesso em 10/06/2022.

CAMARGO, C. Z.; MIRANDA, R. N. Empatia: uma linguagem do corpo. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) **24º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS**. Anais. Curitiba: Centro Reichiano, 2019. [ISBN – 978-85-69218-04-3]. Disponível em: <http://centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em:10/06/2022

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional do Psicólogo**. Brasília: 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf> . Acesso em 10/06/2022.

FRANCISCO, M. C. **Olhos negros atravessaram o mar - O corpo negro em cena na análise corporal: Bioenergética e Biossíntese**. Barcelona: HakaBooks, 2020.

NASCIMENTO, T. **Leve sua culpa branca pra terapia**. Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/artes-literarias/leve-sua-culpa-branca-pra-terapia> .2020. Acesso em 10/06/2022

REICH, W. **Análise do caráter**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RESNECK-SANNES, H. Bioenergética: passado, presente e futuro. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. (Org.) **Apostila do curso de Especialização em Psicologia Corporal**. Módulo 3, Unidade 1. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. Acesso em: 10/03/2022.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro - a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo - Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Veneta, 2020.



COMO REFERENCIAR ESSE ARTIGO

PAIVA DE PAULA, Ivina. Sensação de órgão e pacto narcísico da branquitude: a importância de pensar questões raciais na clínica. In: VOLPI, José Henrique; VOLPI, Sandra Mara (Org.) 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS. **Anais**. Curitiba: Centro Reichiano, 2022. [ISBN – 978-65-89012-02-3]. Disponível em: <https://www.centroreichiano.com.br/anais-dos-congressos-de-psicologia/> Acesso em: ____/____/____.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

VOLPI, J. H. Análise reichiana breve-focal. In: VOLPI, J. H.; VOLPI, S. M. (Org.) **Apostila do curso de Especialização em Psicologia Corporal**. Curitiba: Centro Reichiano, 2020. módulo 2. Acesso em 25/10/2021.

Ivina Paiva de Paula / Brasília / DF / Brasil

Psicóloga (CRP 01/15815), Mestre em Psicologia e Processos de Desenvolvimento Humano pela Universidade de Brasília. Atua como psicóloga escolar há 11 anos e também como psicóloga clínica, atendendo adolescentes e adultos. cursando o segundo ano da Especialização em Psicologia Corporal no Centro Reichiano - Curitiba/PR.

E-mail: ivipaiva@gmail.com